

A ciência no contexto neoliberal brasileiro

Science in the Brazilian neoliberal context

Everton Henrique Eleutério Fargoni¹
João dos Reis Silva Júnior²
Afrânio Mendes Catani³

Resumo: O artigo analisa o estado atual da ciência brasileira diante das políticas neoliberais que avançaram no país desde a implementação da Reforma do Aparelho do Estado. Para tanto, primeiramente revisa como o modelo econômico neoliberal foi adotado no Brasil e discute suas implicações para a sociedade civil nacional. Em seguida, apresenta as proposições econômicas do Consenso de Washington que repercutiram e ainda reverberam nas políticas públicas do país, discute suas implicações e analisa cada proposição, com foco no diagnóstico dessas proposições no contexto de crise da ciência brasileira. Finaliza com notas exploratórias sobre o neoliberalismo aqui vigente, cruzando com questões factuais.

Palavras-chave: Educação. Ciência. Políticas Neoliberais. Reforma do Estado.

Abstract: This article analyzes the current state of Brazilian science in the face of the neoliberal policies that have advanced in the country since the implementation of the Reform of the State Apparatus. To do so, it first reviews how the neoliberal economic model entered the country and discusses its implications for national civil society. Next, it presents the economic propositions of the Washington Consensus that had repercussions and still reverberate in national public policies, discusses their implications, and analyzes each proposition, focusing on the diagnosis of these propositions in the context of the crisis of Brazilian science. Finally, it ends with exploratory notes on Brazilian neoliberalism, crossing with factual issues.

Keywords: Education. Neoliberal policies. Science. State Reform.

1. Doutorando em Educação pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). Mestre em Educação e pedagogo pela UFSCar. Pesquisador do grupo em economia política da educação e formação humana (GEPEFH/UFSCar). Pesquisador do eixo de pesquisa "Produção de conhecimento" da Rede Universitas/BR. E-mail: evertonfargoni@gmail.com ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-7536-9126>

2. Livre Docente (USP). Professor Titular do Departamento de Educação (UFSCar). Pós-doutor em Economia (USP e University of London). Doutor em História e Filosofia da Educação pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Mestre em Administração (PUC-SP). Professor visitante da Arizona State University (EUA). Pesquisador do CNPq. E-mail: jr@ufscar.br ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-2667-0371>

3. Livre Docente em Educação e Professor Titular da Faculdade de Educação da USP. Mestre e Doutor em Sociologia (USP), graduado em Administração Pública pela Fundação Getúlio Vargas. Pós-Doutorado na Middlesex University London. Professor visitante na Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ), campus de Duque de Caxias. Pesquisador do CNPq. E-mail: amcatani@usp.br ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-0656-3931>

Introdução

Do que se trata agora é de uma dominação de classe sem política. Em primeiro lugar, como efeito e corolário da mundialização do capital, ou se quisermos utilizar o termo já consagrado [...] trata-se de uma dominação globalizada. (Francisco de Oliveira, 2006, p. 285)

Cerca de três décadas após o início da operacionalização da reforma do aparelho do Estado no Brasil, parece não ter fim o processo de precarização da vida do trabalhador. São três décadas de experiências com o neoliberalismo, o braço mais forte do capitalismo, teoria econômica cuja prática não deixa lastros na sociedade civil.

No mundo social do neoliberalismo, as políticas de Estado são sequestradas pela lógica econômica do capitalismo. Nessa racionalidade, o entrelaçamento das ideias neoliberais com políticas públicas possibilitou a apropriação da esfera pública pelo capital financeiro. Poderíamos chamar esse processo de invasão da racionalidade mercantilista na esfera pública; no entanto, como dezenas de países se apegaram às ideias neoliberais, o que aconteceu desde o final dos anos 1980 nada mais é do que uma rápida expansão da dominação plutocrática global.

O Brasil é um dos maiores países que abraçou a disseminação do neoliberalismo em seu território. Isto explica grande parte das razões e pormenores de sua história recente, pois o neoliberalismo continua sendo o motor econômico de influência do século XXI e expôs a maior nação da América do Sul como um dos casos de “sucesso” desse modelo econômico. Contudo, tal sucesso não significa que a nação esteja entre aquelas com os melhores índices econômicos e sociais. O êxito neoliberal no Brasil é dos plutocratas, pois o final da segunda década deste século e início da terceira está marcado pelo desemprego e subemprego, privatizações, colapso da ciência, inflação e estagflação entre outros reveses sem precedentes.

Sobre esse cenário, concordamos com Stark (2018, p. 40) ao dizer que o termo neoliberalismo muitas vezes serve como uma frase política com diferentes significados, “um movimento ideológico, a expansão imperialista dos Estados Unidos ou a tendência geral para a economia da sociedade”. No entanto, é necessário entendê-lo como um fenômeno que reverbera em todas as camadas sociais, fortalecendo no cotidiano a sociedade de mercado, onde as contradições estão demolindo as transformações do Estado social.

Como resultado, componentes da esfera pública foram diretamente afetados, incluindo todo o sistema educacional – da educação infantil ao ensino superior. Pri-

vatização, terceirização irrestrita, trabalho precário, mercantilização do conhecimento, dentre outras consequências, são as marcas deixadas pelas políticas que transformaram a estrutura educacional brasileira. Ao analisarmos este âmbito específico, temos elementos teóricos e históricos suficientes para racionalizar o neoliberalismo brasileiro, pois a escola e a universidade pública são casos exemplares das deprimentes consequências dessa teoria econômica - esta que foi vendida como solução social, mas que na prática aumentou a concentração de poder na elite econômica, acompanhado da desigualdade de renda e baixo grau de mobilidade social.

Assim, guiados pela dimensão da educação brasileira sob a contradição do neoliberalismo, partiremos da discussão do Consenso de *Washington* e Reforma do Estado para compreender o fenômeno das profundas mudanças no sistema político e econômico nacional. Portanto, este artigo tem como objetivo racionalizar brevemente os elementos que compõem o neoliberalismo, sua lógica e como as contradições dessa teoria econômica continuam transformando o cotidiano e o *ethos* de trabalho de professores, cientistas e demais trabalhadores e estudantes da área no Brasil. Iremos nos valer de recortes factuais do cotidiano por meio de notícias para complementar a racionalidade das ideias e do fenômeno estudado.

Neoliberalismo e a sociedade do mercado

Podemos classificar o neoliberalismo como um conceito de política econômica, embora ainda difuso, pois se constitui em um conjunto de teorias econômicas, políticas estatais e estratégias de preocupação sem o amparo de uma teoria neoliberal coesa. Por exemplo, existem diferentes correntes acadêmicas que estruturam o termo, como a Escola Austríaca com seus principais representantes (von Mises e Hayek), o monetarismo epistêmico da Escola de Chicago em torno de Milton Friedman, a racionalidade de Becker ou a abordagem de escolha pública de Buchanan.

As diferenças entre os pensamentos se encontram na reivindicação de um neoliberalismo universal. Porém, um elemento que une as visões desses economistas liberais é o uso contínuo do termo liberdade, muitas vezes arbitrária, exposta como doutrina, reduzindo-a a empreendimentos e à liberdade de iniciativa privada. Para Hayek (1983) o mercado não é criado pelo homem, porque o homem não é inteligente o suficiente para determinar o fluxo econômico de um determinado contexto. Esta lógica do economista austríaco ancora-se na perspectiva de que uma nação pode ter sua economia regulada livremente pelo comércio sem intervenção do Estado, possibilitando a redução de preços como consequência espontânea da concorrência.

Inclinado a este pensamento, mas voltado às condições de responsabilidade social, Friedman insistiu que o governo é necessário para preservar a liberdade e apoiou Hayek ao dizer que “o bem-estar, em vez da liberdade, tornou-se a nota dominante nos países democráticos”, reconhecendo isso como ameaça ao individualismo e enfatizando que as ideias de Hayek fortaleceram “a liberdade econômica como instrumento de obtenção da liberdade política” (FRIEDMAN, 1984, p. 20). Ambos entendem que o mercado serve como um modelo universal de organização, sendo que todas as áreas da vida encontram-se sujeitas à lógica do mercado, embora a teoria e a prática se contradigam.

O caso brasileiro vem a ser uma lição sobre os contrastes e a distância deste pensamento, principalmente acerca das ideias de Hayek e Friedman. A inflação no país é exemplo da antítese ao neoliberalismo preconizado pelos dois economistas, pois sem intervenção do Estado, uma nação com mais de 200 milhões de habitantes tende a figurar nos mapas da fome e da pobreza. Um caso¹ específico é a elevação do estoque de alimentos adquiridos pelo Estado com objetivo de manter reserva considerável da produção nacional em relação à venda ao estrangeiro. Assim, o país em situação de alta inflação consegue manter a regulação dos preços dos produtos para que o consumo das famílias não seja afetado.

Nessa rota econômica, o Estado teve que intervir para reduzir os preços das mercadorias de alto consumo (*commodities*), contradizendo as teses dos liberais. Mesmo assim, o neoliberalismo expandiu-se rapidamente no território brasileiro: primeiro, por uma adesão política; em seguida, com a operacionalização desse sistema através de políticas públicas de Estado. A base para isso acontecer foi a posse de um governo liberal no final da década de 1980 (Collor) e o encontro de especialistas econômicos, empresários, representantes do Fundo Monetário Internacional (FMI) e do Banco Mundial (BM), bem como de políticos, dentre outras figuras públicas, que determinaram nos Estados Unidos um novo pacto econômico mundial, popularmente chamado de Consenso de *Washington* (WILLIAMSON, 1994).

John Williamson, ao criar o termo Consenso de *Washington* (CW), usou como referência este grande acordo de liberais na produção de ideias que viriam a espalhar alhures. No entanto, 30 anos após tal evento, na empiria do cotidiano é possível analisar avanços e retrocessos por meio da prática das idealizações neoliberais como políticas de Estado.

Resumidas por Williamson (1994), as teses que estruturaram o Consenso e orientaram a produção do plano diretor do ex-Ministro da Administração Federal e Reforma do Estado do Brasil, Bresser-Pereira, foram: 1) disciplina fiscal; 2) priorização

do gasto público em saúde e educação; 3) realização de uma reforma tributária; 4) estabelecimento de taxas de juros positivas; 5) apreciação e fixação do câmbio, para torná-lo competitivo; 6) desmonte das barreiras tarifárias para estabelecer políticas comerciais liberais; 7) liberalização dos fluxos de investimentos estrangeiros; 8) privatização das empresas públicas; 9) ampla desregulamentação da economia; e 10) proteção à propriedade privada.

Após a operacionalização política dessas teses, Williamson e Held (1999) identificaram em estudos sobre expansão da globalização que a visão apresentada no Consenso de *Washington* causaria colapsos econômicos e sociais nos Estados-nações que adotassem seus pontos estratégicos. De acordo com ambos, as sugestões neoliberais não levariam necessariamente à redução do poder do Estado. Entretanto, cada medida seria mediada pelas estratégias específicas dos governos que as adotassem, administrando e aliviando os imperativos da globalização.

Dessa análise, nota-se que os desdobramentos das dez teses se aplicariam de diferentes formas conforme o tipo de gerenciamento praticado por cada nação que aderisse às ideias; porém, a busca de soberania absoluta do mercado permaneceu como pólo condutor. Além disso, a discussão retórica sobre o ajuste estrutural econômico era, na verdade, a forma imperativa de redução do Estado, lançando milhões de pessoas ao trabalho informal. Esta força, alicerçada pelo modelo ortodoxo do *laissez-faire*², buscou fazer do Estado reduzido um controlador da “lei e ordem”, a fim de proteger a propriedade privada dos meios de produção – principalmente daqueles que as compõem.

Esta é uma das maiores polêmicas desse modelo econômico, pois usa o Estado como segurança da plutocracia, mantendo-a protegida estruturalmente, aparelhando as instituições estatais (quando não as vendem por meio das privatizações) e suprimindo de qualquer modalidade de debate a maior base da pirâmide social – os pobres. Com o passar de três décadas, a busca incessante por dinheiro em qualquer lacuna da sociedade civil, por meio das ideias neoliberais, fez disparar as análises sobre desigualdades sociais e estas, segundo Dowbor (2013, p. 50), “estão começando a preocupar até os plutocratas”.

Em 2012 um grupo de pesquisadores da redação liberal inglesa de notícias *The Economist* desenvolveu o “Relatório especial sobre a economia mundial” para o Fórum Econômico Mundial em Davos. Este trabalho apontou que os índices de desigualdade social aumentaram após a execução de políticas neoliberais provenientes das discussões do Consenso de *Washington*. Naquele momento, a principal consequência na visão dos economistas para a terceira década do século XXI seria os desequilíbrios fiscais,

problema que reverberaria em todos os setores da sociedade. Não havendo um novo consenso ou pacto de recuperação econômica das nações, a instabilidade da economia elevaria a quantidade de colapsos fiscais.

No mesmo relatório se indicou a necessidade de se revisar a programação econômica do sistema-mundo, pois as disparidades da época poderiam levar décadas para serem solucionadas, tal como o caso da proliferação do neoliberalismo na América Latina. A instabilidade dos países latinos, durante muito tempo, culminou em maior desigualdade de renda e acumulação financeira pelas elites. Por isso a pesquisa, mesmo proveniente de um grupo de historicamente conservador e liberal, representava a necessidade de uma nova visão, a qual chamaram de “progressivism”. Do contrário, o sistema neoliberal consequente e adaptado aos formatos de cada país apenas sustentaria o “cassino financeiro”, levando nações a crises não somente econômicas, mas também políticas, permeadas por conflitos de identidade, ocasionando sérios conflitos ideológicos entre as populações.

Para Saad Filho (2011) o neoliberalismo na América Latina impôs o declínio econômico deste continente e estruturou-se de forma instável por meio de cinco razões: crescente peso das finanças na economia; vulnerabilidade do mercado de créditos; insustentabilidade de transferências de recursos financeiros transacionáveis; instabilidade macroeconômica e perda de capacidade institucional na avaliação de riscos. O Brasil condensa as cinco razões deste mapeamento, pois na lógica neoliberal elas aprofundam eventuais crises e choques na economia, desmantelando serviços essenciais para a população.

O resultado disso pode ser observado claramente nas situações conjunturais, como a pandemia de Covid-19. Ao delegar uma crise sanitária ao neoliberalismo, padeceram com suas consequências quase 700 mil pessoas somente no Brasil (extrato do segundo semestre de 2022)³, parcela que equivale a 10% do valor total das mortes pela doença no mundo todo, revelando mais uma vez a condição de sistemas de saúde dependentes da rentabilidade financeira e da acumulação de capital em uma sociedade profundamente desigual.

Primeiros passos do neoliberalismo brasileiro

A ideia central do neoliberalismo em mercantilizar tudo corresponde ao erro advertido por cientistas dos dois polos políticos – de progressistas aos pesquisadores liberais, que apresentamos anteriormente. A esse respeito, realizaremos um balanço crítico das teses neoliberais provenientes do Consenso de *Washington* e argumentare-

mos através de exemplos a fim de clarificar que a permanência do Brasil neste modelo econômico aprofundou crises no Estado-Nação. Tomaremos como base para algumas discussões o âmbito temático da Educação, fonte epistêmica crucial com elementos factuais expressos no cotidiano, que ilustra a racionalidade do fenômeno do neoliberalismo na precarização da vida humana, com questões que se repetem sem soluções.

Desse registro, retomamos a Reforma do Aparelho do Estado como ponto de partida do neoliberalismo à brasileira, sendo a principal mudança estrutural política no final do último milênio. Antes de sua operacionalização como política de Estado, os primeiros resíduos do neoliberalismo apareceram no Brasil com as alterações na constituição⁴ por meio do ex-presidente Fernando Affonso Collor de Mello, visando abrir a empreitada neoliberal e a desregulamentação da economia. Após o pedido de *impeachment* e a saída de Collor, Itamar Franco não empregou as razões neoliberais diretamente, buscando a retomada econômica do Brasil, com foco na mudança da moeda.

Neste cenário, entre transições e mudanças, foi com Fernando Henrique Cardoso que o neoliberalismo no Brasil tomou forma. Depois do Plano Real, a Reforma do Estado foi o ato mais importante de grande impacto na conjuntura nacional. Com acelerado programa de privatizações e alteração recorde de artigos da Constituição, FHC favoreceu o capital financeiro a pedido direto dos economistas de *Washington*. A título de exemplo, o artigo que estabelecia o limite de 12% ao ano os juros no mercado financeiro foi eliminado por meio de uma emenda constitucional. Naquele momento, uma nova retórica pairou sobre a política brasileira: estávamos na “entrada na modernidade”, mas tal aparência era apenas adoção de um receituário de desmonte nacional.

A disciplina fiscal

A lógica dessa estratégia consiste em não permitir o déficit fiscal das nações que aderirem ao esquema proveniente do CW. De modo geral, o déficit deveria ser de 1% a 2% do Produto Interno Bruto (PIB) da nação. No entanto, a forma pela qual os países da América Latina organizaram suas economias a fim de eliminar o déficit fiscal foi insatisfatória, no sentido de que a receita neoliberal não funcionou para a realidade do continente. Não se incluiu algo elementar na fórmula do consenso: os diferentes panoramas políticos-ideológicos e, sobretudo, a herança econômica referente à história social de cada nação.

Como reparar desigualdades sociais quando há um limite fiscal? A noção de equilíbrio econômico não levou em conta a complexidade geográfica e geopolítica de países que eram novíssimas repúblicas, ex-colônias. No Brasil, parece que os eco-

nomistas não queriam olhar para a história do país, apenas serviram os mandos da plutocracia. O tripé macroeconômico apresentado em 1999 foi uma dessas forças que prevalece há mais de 20 anos. O *câmbio flutuante* não reconhece quem passa fome e compra em real em vez de dólar, as *metas de inflação* não aparecem na remuneração do trabalhador que possui um dos mais baixos salários mínimos do planeta e a *meta fiscal* não olha para a necessidade real do povo mais pobre.

Para Paulani (2009) esses ajustes macroeconômicos complementam a governança da reforma institucional; porém, mesmo com alerta sobre os riscos de continuar com este modelo econômico, a insistência colapsaria as instituições. A Emenda Constitucional 95, conhecida como PEC do teto dos gastos, é exemplar sobre a realidade econômica paradigmática no qual o Brasil paralisou. Além de travar investimentos nas áreas essenciais como saúde e educação, possibilita constantes interferências e redirecionamentos do fundo público para caprichos políticos. Assim, a educação⁵ é a rubrica mais sequestrada pelos cortes orçamentários do governo que tomou posse em 2019.

O decreto 11.216 de 2022, assinado pelo presidente Jair Bolsonaro, indica corte de quase 11 bilhões de reais em despesas do Executivo. Sendo a pasta mais afetada pelo teto, o Ministério da Educação teve bloqueio de R\$ 3 bilhões, ou 28,6% do novo contingenciamento. Este corte é um equívoco histórico de uma disciplina fiscal produzida por especialistas que não olharam para partidos políticos e seus representantes. Assim como a educação brasileira, a ciência e as universidades tornaram-se reféns das falhas neoliberais e estão sufocadas a tal ponto que universidades estatais abriram pedidos formais na internet solicitando doações para ajudar alunos e a continuidade de serviços básicos.

Alvo de cortes⁶, trabalhadores da Universidade Federal de São Carlos pediram doações para manter alunos da universidade e o desenvolvimento de pesquisas. A iniciativa buscou recursos com empresas e pessoas físicas, a fim de solucionar a crise financeira que atingiu a universidade. O pedido de doação de valores a partir de R\$10,00 revela não somente a crise sistêmica da economia, mas uma onda maior de desmanche de estatais por meio de um neoliberalismo mais avassalador, amparado pela extrema-direita.

Nesse ponto, a disciplina fiscal não é mais uma desculpa, mas uma ferramenta de políticos que tendem a arruinar a ciência brasileira e a formação dos novos pesquisadores. Segundo Silva Jr e Fargoni (2021, p. 10) ocorreu, entre os anos de 2016 e 2021, o maior declínio de investimento em pesquisa, ciência e tecnologia no Brasil. Em apenas três anos de gestão de Bolsonaro foram R\$12.716 bilhões de reais contingenciados para ciência e tecnologia. “Este decréscimo expõe a forma política e econômica que

vem se desenhando no Brasil desde a década de 1990”, se agravando após o *impeachment* de Dilma Rousseff, tendo nos seus últimos anos de presidência os maiores índices de investimento em pesquisa no país.

Priorização do gasto público

Se o tripé macroeconômico está em consistência na sociedade civil brasileira há mais de vinte anos, o modelo econômico indicado como referência deveria funcionar como exemplo para o capitalismo global. Contudo, a realidade é completamente diferente da tese econômica. A ideia original contida nos pensamentos dos especialistas do CW, que se reflete no plano diretor de Bresser-Pereira, era de reverter o gasto público, tendo como prioridade subsídios indiscriminados para políticas de saúde e educação. Mas parece que tudo ficou no idealismo.

A proposta soou politicamente positiva e foi executada como reinterpretação econômica no intuito de um ajuste fiscal diminuindo o gasto público. Mas os setores-alvo – saúde e educação – desde 1990 parecem viver uma montanha-russa de acontecimentos. Novas políticas públicas e programas sociais foram criados derivados da Reforma do Estado, mas a viabilidade e consistência resultaram incertos, vide a crise sanitária de Covid-19 e a volta de doenças praticamente erradicadas no cenário nacional, como a poliomielite⁷. Para o médico Drauzio Varella (2022, on-line), com os “índices de vacinação em queda livre, voltamos a correr perigo com a doença”.

A fala do especialista representa um retrato do que se espalhou no Brasil pouco antes, durante e após a pandemia de Covid-19. As campanhas de vacinação foram reduzidas, não por estratégia, mas por desvio de verba direta da pasta para outras que não possuem identificação do destino do dinheiro - vide o orçamento secreto⁸. Esse orçamento representa um viés do neoliberalismo à brasileira, isto é, o uso de fundo público para políticos envolvidos com a gestão presidencial, mas sem identificação e mapeamento dos valores em transparência pública.

Desse ato oculto, que não detalha o destino do dinheiro público, crescem outros índices que integram o diagnóstico da sociedade civil brasileira em tempos de pandemia, desemprego e subemprego. Conforme já se mencionou, os cortes na educação superior impedem o desenvolvimento científico, acumulando pesquisadores desorientados, sem financiamento, reduzindo, por exemplo, a possibilidade da retomada da industrialização.

No âmbito acadêmico existe muita crítica ao mercantilismo da educação, que é autêntico e, de fato, necessário. Mas, uma forma de proteger a universidade pública

e, sobretudo, angariar financiamento contínuo para ela, sem desprezar áreas específicas como as ciências humanas, é reduzir o parasitismo financeiro que provocou a desindustrialização no país. O organismo político que se formou, dedicado ao capital financeiro, deixou de olhar para o potencial industrial no Brasil e amalgamou a nação à ideia de Estado mínimo, com terceirizações e privatizações.

Singapura, uma das nações que não aderiram fielmente aos esquemas do CW, fez um movimento político contrário ao Brasil, com investimento massivo em ciência, tecnologia e pesquisa, sem ignorar áreas específicas, mas com foco na indústria nacional. Em 2002 o governo criou a Agência de fomento Estatal, financiando mais de 2 mil projetos de pesquisa com foco na criação de novas indústrias nacionais. A priorização real de gasto público em ciência fez de Singapura a nação detentora do prêmio de órgão público mais inovador em pesquisa pública pela agência britânica Reuters nos anos de 2018 e 2019. Este investimento gerou e colocou 80 novas indústrias estatais entre as duzentas maiores empresas de tecnologia do mundo possibilitando, com parte dos lucros dessas estatais, o investimento público de US \$14 bilhões em pesquisas no campo da educação e saúde.

O problema e a contradição contida na estratégia de gasto público entre Brasil e Singapura podem ser observados na questão mercadológica do trabalhador da ciência. No Brasil há desindustrialização, colapso da ciência com os cortes orçamentários e investimento em declínio, obrigando as universidades a buscarem recursos na iniciativa privada. Postura distinta de Singapura, que buscou criar novas indústrias estatais em diversos setores tecnológicos (informática, máquinas industriais e tecnologias vestíveis). O dinheiro obtido na venda dos produtos dessas empresas é direcionado na formação de novos pesquisadores em todas as áreas do conhecimento.

Reforma tributária e taxas de juros

Antunes (2000, p. 46) disse que o Brasil entraria numa crise que não é particular da nação, mas singulariza seu problema em razão das mudanças econômicas, sociais, políticas e ideológicas. A reflexão de Antunes consolidou-se na segunda década do novo milênio em um movimento desigualmente combinado. Em 2013, o gasto público que destacamos anteriormente foi tema de manifestações confusas e caóticas, levando milhares de brasileiros às ruas por meio de uma indignação que parecia ser coletiva, mas posteriormente entendida como seletiva.

As Jornadas de Junho de 2013 representam um dos atos mais contraditórios na história recente do Brasil, parecendo um evento coletivo; porém, a problemática

reside no modelo econômico, e isso não foi compreendido pela população até os dias atuais. Pesquisadores, figuras públicas, políticos progressistas e diversos especialistas denunciam continuamente que o problema está na forma econômica adotada pelo governo brasileiro e preservada por FHC, Lula, Dilma, Temer e Bolsonaro. Apesar das diferenças políticas existentes entre tais governantes, o modelo econômico que praticam é semelhante. Alguns mais avançados, outros mais contidos, como o caso do lulismo que, dentre seus programas sociais, muitos são derivados do CW como políticas compensatórias.

As políticas compensatórias aparecem em diversas estratégias, pois quando não transformadas em políticas sociais, os programas sociais podem ser descontinuados e/ou repaginados segundo a ideologia política do chefe de Estado. Vemos isso na mudança do “Programa Bolsa Família” em “Auxílio Brasil”. No entanto, há outro problema que perpassa as gestões políticas no Brasil desde 1990: as reformas tributárias.

Escolhido o neoliberalismo como novo caminho para a modernidade do século XXI, independentemente do governo, as questões tributárias não geraram benefícios para a base da pirâmide social do Brasil; ao contrário, resguardam quem vive de lucros e dividendos. As metamorfoses e mutações que vem afetando a classe trabalhadora são exemplos pontuais dessa questão, pois no mundo produtivo, em que predominam elementos do neoliberalismo, a carga tributária pesa mais aos trabalhadores.

A ideia base deste item estratégico seria a diminuição da carga tributária sobre a atividade econômica e a riqueza como proposta positiva à diminuição de tributos que incidem sobre o capital. Encontra-se como uma das ações provenientes contidas no plano diretor que prevalece na economia brasileira. Mas, movida por especulações, ainda não há de fato uma grande reforma tributária, fazendo com que os altos custos continuem a recair sobre o trabalhador. Hoje, por exemplo, um trabalhador que recebe até 3 salários mínimos, teto basilar como o de professores da rede pública de ensino, ao utilizar o cartão de crédito e deixar parte do consumo gerar saldo negativo para o mês seguinte, pagará até 398% de juros anuais de crédito rotativo. Entretanto, se alguém comprar um jato particular ou um iate, cujos custos atingem milhões de reais, fica isento do pagamento de imposto.

Se compararmos a realidade do devedor de cartão de crédito que ganha um salário mínimo e do comprador que adquiriu um veículo milionário, os juros a serem pagos por um e a isenção do imposto do outro expõe a necessidade de nova regulamentação tributária que inclua os mais ricos no pacote da reforma. No entanto, o debate permanece nas ideias políticas, devorada por partidos patrocinados pelo baronato brasileiro que usa o neoliberalismo como instrumento⁹ para aumentar a acumulação

de riqueza dos mais ricos.

Este caso ilustra um novo nível do neoliberalismo no Brasil: a permanência do trabalhador endividado. Ao invés de propor um equacionamento que reduzisse radicalmente o número de brasileiros inadimplentes, Bolsonaro e sua equipe econômica, composta por um dos formados pela escola neoliberal de Chicago, o ministro Paulo Guedes, criou um empréstimo para quem utilizar o recurso do “Auxílio Brasil”, possibilitando aos usuários da política compensatória contratarem o serviço por meio de facilitadores, como as agências lotéricas.

A ideia poderia ser uma jogada inteligente com a população em tempos de equilíbrio econômico, mas numa realidade de mais de 60 milhões de pessoas¹⁰ com o “nome sujo”, abrir mais espaço para inadimplência fortalece o colapso financeiro, pois a economia das famílias é o principal motor de uma nação, movimentando o mercado. Neste caso, Bolsonaro parece querer herdar um dos maiores problemas do Estados Unidos: o aumento da dívida da população.

Sem solução para a inadimplência, Biden herdou de Trump e Obama uma geração endividada com o financiamento estudantil. Ao contrário do que vemos em filmes, a forma que predomina nos Estados Unidos para o pagamento das mensalidades dos cursos de graduação e pós-graduação é o financiamento, e não a história de famílias que guardam dinheiro em potes para pagar a universidade dos filhos. Sendo assim, a dívida dos estudantes recém-formados nos Estados Unidos superou a dívida¹¹ do cartão de crédito, ultrapassando a casa de 1 trilhão de dólares americanos.

No Brasil, o total de prestações não pagas pelos estudantes que usaram o Financiamento Estudantil (FIES)¹² chegou a R\$9 bilhões. Ou seja, há toda uma geração de trabalhadores que ingressam no mundo do trabalho já endividados, sem o respaldo de uma política pública consistente que dê solução para 1 milhão de jovens que saíram das universidades privadas sem ter condições de resgatar os empréstimos recebidos.

Fixação do câmbio e as novas políticas liberais

Clarke (2008) categorizou o neoliberalismo como um *zeitgeist*¹³ político-econômico, e como não há um consenso definitivo a respeito, podemos classificá-lo como um fenômeno derivado do capitalismo mundial que requer, por meio econômico e, também político, a busca de mais dinheiro onde houver espaço para lucrar na sociedade civil. Isso implica em diversas situações pontuais, como a destruição de direitos¹⁴ e um processo potente de mercantilização da vida humana por meio da precarização¹⁵ do trabalho.

Exposto essa lógica, a reinterpretação do que é câmbio de mercado e abertura comercial por meio de medidas neoliberais, passa a ser uma remodelagem de âmbitos. Ao entendermos que depois da Reforma do Estado os intentos são livre flutuação da taxa de câmbio e abertura comercial para firmação de acordos de livre comércio, a operacionalização dessas medidas encontram na realidade do cotidiano um elemento importante para que isso propague – o trabalhador e sua mão de obra.

Quando há um descompasso acentuado da inflação com os preços praticados no comércio, teoricamente regulado pela “mão invisível do mercado”, quem experimenta o primeiro impacto são os trabalhadores da base – os pobres e a classe média. Este fato notório se avolumou no Brasil nas gestões de Temer e de Bolsonaro pois, sem a regulação de um estoque mínimo pelo Estado, a fim de reduzir os preços e garantir parte do que foi produzido no país, a população é obrigada a pagar preços excessivos por produtos basilares.

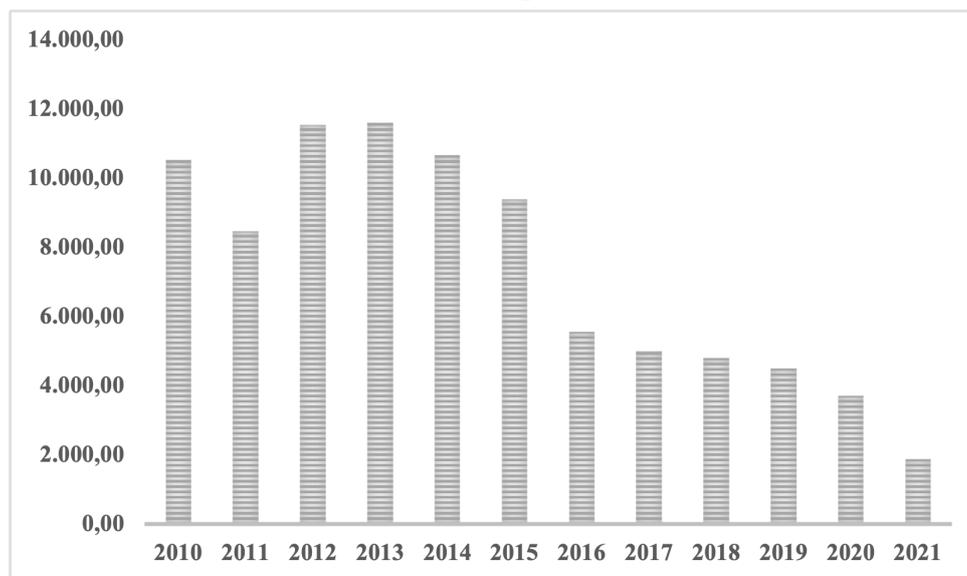
Este problema incide em diversas camadas sociais e instituições. Com o encarecimento das *commodities*, as políticas neoliberais provocam insuficiência no abastecimento de alimentos e remédios, bem como da matéria-prima para o desenvolvimento de pesquisas. Vale mencionar que em centenas de escolas pelo Brasil, a alimentação¹⁶ ficou restrita a suco e bolachas em razão dos cortes na pasta, fator que reverbera diretamente na saúde do aluno por meio de um cardápio sem os nutrientes fundamentais.

Tal situação aconteceu mesmo tendo o Congresso aprovando Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) prevendo reajuste de 34% para recompor as perdas no Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). No entanto, o presidente Bolsonaro vetou a proposta, negando o pedido dos municípios e apresentando um novo valor para o Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA) encaminhado para o Congresso Nacional. Todavia, o valor apresentado foi menor que os R\$5,6 bilhões destinados em decreto pelo governo, tendo gerado uma inconsistência gravíssima, sendo repassado pelo governo federal o valor de R\$0,36 para cada refeição/aluno do ensino fundamental, impedindo a oferta de opções saudáveis.

Dowbor (2017, p. 23) chamou essas medidas neoliberais sem apreço pela vida humana de “armadilha da pobreza” ou “*poverty trap*”, ou seja, uma pobreza estrutural a fim de impor aos mais pobres a aceitação de suas realidades e empregos precários para sua sobrevivência. Da escola à universidade, as políticas neoliberais não deixam lastros. Enquanto as crianças não se nutrem adequadamente por falta de alimentos essenciais, os pesquisadores nos centros de pesquisa trabalham com o risco constante de cortes orçamentários e da redução da quantidade de bolsas que possibilitam o desenvolvimento de suas investigações. As principais fontes de recursos dos cientistas

brasileiros são provenientes do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT) e da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Todas essas fontes tiveram recursos reduzidos ou contingenciados abruptamente desde 2017, vivenciando como sequela mais grave o impedimento e a descontinuidade de pesquisas durante a pandemia¹⁷.

Gráfico 1 - Recursos financeiros liquidados à Função Educação, no período (2010-2021), valores em R\$ Bilhões, corrigidos pelo IPCA em janeiro de 2021.



Fontes: Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) e Lei Orçamentária Anual (LOA), 2021. Gráfico criado pelos autores.

Nota-se nos metadados nacionais do Gráfico 1 que o decréscimo no financiamento em pesquisa e ciência no Brasil tem fatores alinhados – a queda de investimento após o *impeachment* de Dilma em 2016 até o contingenciamento entre 2019 e 2021. Mais de 90% da dotação FNDCT em 2021 ainda estão bloqueados. Esta é a face do neoliberalismo no Brasil em números absolutos, exposto no retrato do valor destinado para ciência inferior ao de 10 anos antes.

Outro fator importante, mas que não aparece no gráfico, é o movimento da extrema-direita no Brasil sequestrando narrativas do que é importante para a nação. O bolsonarismo, tratado como fenômeno, é a consequência de uma burguesia brasileira sem identidade, que buscou em um político caricato sua expressão política. O desmonte da ciência brasileira é consequência direta de medidas neoliberais a fim de induzir as universidades ao receituário da iniciativa privada, mas também é uma medida política alicerçada por aspectos ideológicos que querem afastar o conhecimento dos debates.

Os fluxos de investimento estrangeiro e a desregulamentação da economia

Compreendemos que o neoliberalismo é uma força do capitalismo para elevar a acumulação de capital, consolidando o regime de predominância financeira que Chesnais (1996) indicou como o modelo que predominaria na economia global. Isto explica os discursos políticos e a narrativa da extrema-direita em favorecer sempre o ponto de vista da burguesia, suprimindo quem busca atrapalhar a “lei e a ordem”.

Pode-se verificar esta “tarefa” política nas reformas que insistem em reduzir direitos dos trabalhadores, pois quando reduzidas as fontes de lucro, retiram-se direitos para manter o acúmulo contínuo de capital pela elite financeira. Por isso, duas vias foram constituídas por meio da Reforma do Estado, garantindo a possibilidade de intervenção em direitos historicamente conquistados.

O Investimento Externo Direto foi imposto como abertura para operacionalização da economia do Brasil e seqüestro dos potenciais econômicos, seja por meio de privatizações de estatais adquiridas por grupos estrangeiros ou pelo uso do conhecimento de cientistas nas universidades como “matéria-prima” intelectual de novos produtos. Para isso acontecer, a desregulamentação da economia foi necessária para a redução de leis trabalhistas, fantasiosamente nomeada de desburocratização do trabalho, visando uma suposta eficiência administrativa do governo. Mas, novamente, a realidade é outra, e as consequências dessas medidas se combinam com os próximos pontos estratégicos.

Privatizações de estatais

A entrada de grupos estrangeiros no Brasil não é novidade e nem foi iniciada na década de 1990. Porém, a profunda desindustrialização que ocorre no país tem como núcleo o neoliberalismo no plano diretor da Reforma do Estado. Nesse sentido, durante a ditadura, diversas empresas estrangeiras se instalaram no Brasil. Segundo a Comissão Nacional da Verdade¹⁸, mais de 80 empresas colaboraram com a ditadura militar. A intenção foi sufocar os movimentos sindicalistas que estivessem sendo organizados entre os trabalhadores de grandes montadoras, como Volkswagen, Scania, Ford, General Motors, Toyota, Rolls-Royce, Mercedes Benz e de indústrias de outros setores, como a Brastemp.

Mas o neoliberalismo não havia se espalhado nas décadas de 1960 e 1970. Os ideais apareciam nas visões econômicas; porém, o que acontecia no país, era uma outra

forma de entrega de mão de obra barata. Com a redemocratização e o pacto da nova república, o Brasil ganhou holofote do mercado global e o CW foi o episódio perfeito para que as novas ideias adentrassem numa nação sequelada por uma ditadura e que estava se reorganizando numa democracia prematura.

Nesse processo, as privatizações foram uma solução encontrada para o “problema” da governança política no país. Entretanto, a entrega de estatais para a iniciativa privada foi usada como uma forma de expor o Brasil na prateleira internacional, pois o controle acionário de empresas de economia mista para investidores foi uma das respostas “mágicas” de economistas liberais para países em desenvolvimento. As primeiras privatizações ocorreram logo no governo Collor, inserindo 18 empresas em um programa de redução do Estado. Chamado de Plano Collor, criado pela ex-ministra Zélia Cardoso de Mello, teve como intento central o modelo neoliberal de liberalização das importações, privatização, modernização industrial e tecnológica, sendo na época um dos maiores programas de privatizações do planeta.

Com Itamar Franco, a principal venda foi a Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) e, com FHC, destacam-se a Companhia Vale do Rio Doce, a Telebrás e a Eletropaulo. Com Lula e Dilma, um dos maiores avanços privatistas foram os leilões das concessionárias de rodovias. Mas, foi com Temer e Bolsonaro que dezenas de estatais entraram no radar da privatização massiva. Foram incluídos no processo as seguintes empresas: Correios, Eletrobras, Telebras, Casa da Moeda, Codesp, Dataprev e Ceagesp, entre outras. Porém, a Petrobrás foi a estatal mais afetada, sendo vendida e entregue para acionistas minoritários que regulam o preço da produção em dólar, acarretando em aumento do preço do combustível e do gás de cozinha para toda população.

Esta foi a forma de inserção da economia brasileira no cenário mundial. Para Paulani (2008), na ausência de uma política individual do país como antítese a lógica do mercado que se espalharia, o Brasil se manteve na mesma trilha dependente que abriu há mais de 500 anos,

mantendo-se no mesmo lugar. Como exemplo, de 1990 até a terceira década do século XXI, o índice de desindustrialização do Brasil bateu inúmeros recordes. Pesquisas do setor empresarial (PIA) realizadas em 2019 pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e divulgadas em 2021 (BRASIL, 2021), revelaram que o processo de desindustrialização em curso no país, ao longo de uma década, fez o setor industrial perder 9.579 empresas. Isso significa que mais de 1 milhão de empregos foram perdidos. O número de indústrias com mais de uma pessoa ocupada caiu pelo sétimo ano consecutivo. Em 2011 eram 313,2 mil indústrias. Em 2013 cresceu para 335.000, mas em 2020 caiu para 303.600.

A destruição da indústria nacional poderia favorecer os grandes conglomerados internacionais, mas o revés foi sentido até pelas multinacionais que se retiraram do Brasil, como a Ford e a Toyota, que alegaram defasagem tecnológica de suas fábricas, alinhada com o suporte insuficiente de investimento do governo federal em tecnologia no país.

A nova propriedade privada

Diferente da razão proveniente do CW sobre a referência positiva à garantia dos direitos de propriedade privada, o que vale nesse sentido é a nova proteção da propriedade, a intelectual. Slaughter e Rhoades (2009) entenderam que o fenômeno neoliberal se aplicaria rapidamente em diversos níveis da sociedade civil, assim como ocorreram nas universidades norte-americanas, avançando a competição entre pares na busca de financiamentos de pesquisas como forma de vender suas propriedades intelectuais ao capital financeiro.

No Brasil, não é diferente, mas o gosto é mais amargo. A realidade impõe um temor contínuo aos cientistas do país por não saber se irão obter financiamento público ou se suas pesquisas serão descontinuadas em razão de cortes orçamentários. Assim como os especialistas que indicaram os pontos estratégicos como soluções definitivas para os países em desenvolvimento, a ciência está no radar neoliberal - e não somente sua forma estrutural está entregue ao capitalismo, mas os sentidos das pesquisas também. Para Fargoni, Zacarias e Vicente (2022), ciência é o acúmulo de conhecimentos e práticas sistemáticas que levam ao descobrimento de novos conhecimentos. Dessa razão, capitalistas se apoderaram de parte da ciência a fim de auferir lucro, originando uma derivação que vem exaurindo-a de sua lógica originária, a tecnociência. Isto significa que a tecnociência está “convertendo a ciência a serviço do capital” (FARGONI; ZACARIAS; VICENTE, 2022, p. 6).

No caso brasileiro, a tecnociência se encontra nas mudanças políticas que ocorreram desde FHC, a fim de aproximar os centros de pesquisas das universidades estatais com a iniciativa privada e o setor industrial. Esta aproximação aumentou a captura de cientistas pelo capital financeiro, fato que Silva Jr (2017) chama de busca pelo “conhecimento matéria-prima”. A propriedade intelectual do pesquisador passa a ser uma fonte de rentabilidade para grandes corporações, que buscam soluções tecnológicas ou inovações com intuito de transformá-las em produtos comercializáveis ou parte deles.

No entanto, a produção de conhecimento no Brasil tem como principal fonte de financiamento o fundo público proveniente do tesouro nacional. E o que está acon-

tecendo, com a aproximação cada vez maior da universidade estatal com o capital financeiro, é a entrega dos intelectuais do país à lógica do mercado. A vulnerabilidade financeira das instituições é um indicativo claro desse fenômeno. Se na racionalidade do neoliberalismo todo espaço é passível de lucro e produção de valor, a universidade estatal possui diversas opções para isso.

Vários centros de pesquisas das universidades públicas realizam trabalhos cooperativos com grupos estrangeiros há décadas, sendo que seus espaços internos foram captados pelo radar das reformas, constituindo-se em opções ideais para o uso e o gerenciamento pela iniciativa privada. O exemplo mais recente está no resgate da transformação de espaços públicos em organizações sociais, ideia exposta no plano da Reforma do Estado e que reapareceu no programa “Future-se” como solução para o déficit financeiro das universidades. Para isso, as instituições federais de educação superior cederiam, por contrato, prédios, laboratórios, anfiteatros, entre outros locais, para grupos privados, que passariam administrar essas instalações, operando-as através de políticas próprias de acordo com seus intentos.

As consequências desse regime encontram-se em inúmeros campos, tendo como exemplo o jurídico, pois o ciclo financeiro comprime não apenas o ciclo do capital em função das relações sociais de produção, mas também afeta as relações sociais, em geral alterando sociabilidade e subjetividade dos cidadãos e exigindo a produção de valor real em tempo recorde do trabalho vivo. Está aí o verdadeiro problema do capital e a necessidade de fazer desaparecer o gap entre ciência e tecnologia. Nesse ponto, exemplarmente, o “Future-se”, no núcleo da universidade e da pesquisa, tem como papel estratégico redefinir a ciência brasileira e, por conseguinte, o conhecimento, conforme a necessidade da tecnologia societal e, sobretudo, das exigências do mercado produtivo universal. (SILVA JR; FARGONI, 2020, p. 13).

Nesse sentido, o conceito “regime de predominância financeira” se aplica como resposta ao fenômeno do neoliberalismo como um todo, seja no submundo da política brasileira com avanço da extrema-direita ou no desgaste das universidades estatais com o contingenciamento e corte de verbas. Na política, muitos que integram o congresso nacional foram eleitos como representantes da plutocracia brasileira que exige, por intermédio de Brasília, a receita neoliberal como prática. No âmbito científico, o pesquisador se vê impelido pela realidade a buscar financiamento para pesquisas no fundo público, mas está cada vez mais próximo da beira de um precipício fenomenológico que impõe a venda do seu conhecimento para a sobrevivência no campo.

O futuro da Educação e Ciência brasileira

Não buscamos impor teses ou soluções ao extrato que analisamos neste artigo. Entretanto, as escolas públicas amargam o sucateamento de suas unidades enquanto ocorre a precarização do trabalho e da vida do professor. Estas são parte de um montante volumoso de consequências do motor neoliberal sobre a realidade educacional e científica brasileira. Mas a indignação precisa ser exposta e, sobretudo, analisada pormenorizadamente, a fim de não apenas buscar soluções, mas entender o fenômeno do capitalismo e as razões pelas quais o desmonte nacional está acontecendo.

Considerações finais

Neste artigo não apresentamos soluções para os grandes problemas que assolam a sociedade civil brasileira, mas indicamos, nos pontos estratégicos do neoliberalismo que invadiram o Brasil, que a realidade não expressa o sucesso desse modelo econômico. Os trabalhos são cada vez mais precários, com milhões deixados desolados em empregos informais e presos a aplicativos que não suportam as leis trabalhistas. Cientistas sucumbindo aos mecanismos de trabalho neoliberais para sobreviver, temendo o amanhã em razão de ideologias e movimentos políticos avessos ao conhecimento.

A educação, em todos os níveis, encontra-se presa às teias das reformas do Estado. Faltam recursos materiais, alimentos, infraestrutura adequada, segurança e salários compatíveis com a formação do sujeito em relação às outras profissões, melhor remuneradas. Absurdos ganharam pautas, “Escola Sem Partido” e “Future-se” são exemplos claros de que a educação pública encontra-se enredada na esfera política, sequestrada por neoliberais.

Há uma batalha que depende de ampla união de docentes, cientistas e estudantes com a sociedade civil brasileira. O neoliberalismo, identificado como uma proposta fracassada para o capitalismo, parece não ter perdido força por aqui. Nesta perspectiva, o economista sul-coreano Ha-Joon Chang analisa os países que aderiram ao pacto neoliberal do CW há mais de duas décadas, expondo que a permanência na fórmula do final da década de 1980 é um dos maiores erros da configuração econômica na atualidade. Em suas pesquisas, Chang (2003) analisou os argumentos de representantes do CW que indicaram as teses. Um dos especialistas acompanhados foi Joseph Stiglitz, ex-economista-chefe do Banco Mundial e ex-conselheiro econômico dos Estados Unidos, que participou também do CW. Ele notou nas palestras e artigos de Stiglitz que as ideias do CW fracassaram e deveriam ser descontinuadas. Identificou, igualmente, que se a descontinuação desse modelo econômico não for realizada em breve, as sequelas perdurarão décadas, pois o que era para ser a resposta a problemas econômicos e sociais de países em desenvolvimento, tornou-se um dos maiores desastres sociais

para as nações, gerando crises sem precedentes.

O recado foi dado por especialistas e arrependidos em produzir as teses econômicas que arruinaram muitos países. Dependemos da compreensão massiva de um fenômeno mal sucedido para a maior parte da população, mas que encontra guarida na alienação de um povo que não se identifica com a classe social no qual está inserida, aumentando diariamente a riqueza do baronato, que não tem interesse em cessar esse mecanismo.

Referências

ANTUNES, R. Trabalho e precarização numa ordem neoliberal. **CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales**, 2000.

BRASIL. **Pesquisa Industrial Anual - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)**, 2021. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/industria/9042-pesquisa-industrial-anual.html?=&t=destaques>> Acesso em: 13 set. 2022.

CHANG, H. J. **Globalização, Desenvolvimento Econômico e o Papel do Estado**. London, New York, Penang: TWN/Zed Books Ltd, 2003.

CHESNAIS, F. **A Mundialização do Capital**. São Paulo: Xamã, 1996.

CLARKE, J. Living with/in and without neoliberalism. **Focaal**, v. 51, n. 1, p. 135-147, 2008.

DOWBOR, L. **Os estranhos caminhos do nosso dinheiro**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2013.

DOWBOR, L. **A era do capital improdutivo: Por que oito famílias têm mais riqueza do que a metade da população do mundo?** São Paulo: Autonomia Literária, 2017.

FARGONI, E. H. E.; ZACARIAS, M.; VICENTE, W. A. Tecnopólio e controle do ser social. **Redoc - Revista Docência e Cibercultura**, Rio de Janeiro, 2022.

FRIEDMAN, M. **Capitalismo e liberdade**. São Paulo: Abril Cultural, 1984.

HAYEK, F. A. V. **Os fundamentos da liberdade**. São Paulo: Visão, 1983.

HELD, D. "Conclusions". In: Held, D., McGrew, A. et al. **Global Transformations, Politics, Economics and Culture**. Stanford: Stanford University Press, 1999.

OLIVEIRA, F. A dominação globalizada: estrutura e dinâmica da dominação burguesa no Brasil. In: Basualdo, E. M., Arceo, E. **Neoliberalismo y sectores dominantes. Tendencias globales y experiencias nacionales**. Buenos Aires: CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, ago. 2006.

PAULANI, L. **Brasil Delivery**. São Paulo: Boitempo, 2008.

PAULANI, L. A crise do regime de acumulação com dominância da valorização financeira e a situação do Brasil. **Rev. Estudos Avançados**, 23 (66), 2009.

SAAD FILHO, A. Crise no neoliberalismo ou crise do neoliberalismo? **Crítica e Sociedade: revista de cultura política**. Vol.1, No. 3, Edição Especial - Dossiê: A crise atual do capitalismo, dez. 2011.

SILVA JR, J. R. **The new Brazilian University: a busca por resultados comercializáveis: para quem?** Bauru, SP: Canal 6, 2017.

SILVA JR, J. R.; FARGONI, E. H. E. Future-se: o ultimato na universidade estatal brasileira. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 41, 2020.

SILVA JR, J. R.; FARGONI, E. H. E. Notas sobre o colapso da ciência no Brasil. **Eccos -Revista Científica**, São Paulo, n. 58, p. 1-18, e20850, jul./set. 2021.

SLAUGHTER, S; RHOADES, G. **Academic capitalism and the new economy: market, State and Higher Education**. Baltimore, MD: Johns Hopkins University Press, 2009.

STARK, C. The neoliberal ideology, its contradictions, the consequences and challenges for social work. **Ljetopis socijalnog rada**, 39-63, 2018.

VARELLA, D. Poliomielite volta a ser um problema no Brasil após ter sido erradicada em 1994. **Folha de S. Paulo**, 05 out. 2022. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/colunas/drauziovarella/2022/10/poliomielite-volta-a-ser-um-problema-no-brasil-apos-ter-sido-erradicada-em-1994.shtml>> Acesso em: 08 out. 2022.

WILLIAMSON, J. **The Political Economy of Policy Reform**. Washington: Institute for International Economics, 1994.

'Notas de fim'

1 Para regular preços, Lula quer elevar estoques de grãos em 300%. SAMORA, R. **G1 Política**. Disponível em: <<https://g1.globo.com/noticias/politica/0,,mul633231-5601,00-para+regular+precos+lula+quer+elevar+estoques+de+graos+em.html>> Acesso em: 13 set. 2022

2 *Laissez-faire* é a expressão francesa para o liberalismo econômico, em sua versão mais pura do capitalismo. O mercado funciona livremente sem interferências, taxas ou subsídios, apenas com regulamentações adequadas para proteger os direitos de propriedade.

3 São 687.076 óbitos e 34.777.993 casos conhecidos de Covid-19 registrados desde o início da pandemia, segundo dados reunidos pelo consórcio de veículos de imprensa. G1, 12 out. 2022. Disponível em: <<https://g1.globo.com/saude/coronavirus/noticia/2022/10/12/media-movel-de-casos-conhecidos-de-covid-no-brasil-volta-a-ficar-abaixo-de-5-mil-pela-1a-vez-desde-dezembro.ghtml>> Acesso em: 12 out. 2022.

4 Principalmente os artigos 171, 178 e 192.

5 Educação é o órgão mais afetado pelo novo corte orçamentário do governo. HESSEL, R. **Correio Braziliense**, 05 out. 2022. Disponível em: <<https://www.correiobraziliense.com.br/economia/2022/10/5042264-educacao-e-o-orgao-mais-afetado-pelo-novo-corte-orcamentario-do-governo.html>> Acesso em: 06 out. 2022.

6 Alvo de cortes, a UFSCar pede doações para manter alunos da universidade. EFRAIM, A. **Yahoo Notícias**, 11 out. 2022. Disponível em: <<https://br.noticias.yahoo.com/alvo-de-cortes-ufs-car-pede-doacoes-para-manter-alunos-da-universidade-143024900.html#:~:text=O%20CRIE%20colabora%20com%20os,arrecadar%20quase%20R%24%20110%20mil>> Acesso em: 11 out. 2022.

7 Poliomielite volta a ser um problema no Brasil após ter sido erradicada em 1994. VARELLA, D. **Folha de S. Paulo**, 05 out. 2022. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/colunas/drauziovarella/2022/10/poliomielite-volta-a-ser-um-problema-no-brasil-apos-ter-sido-erradicada-em-1994.shtml>> Acesso em: 08 out. 2022.

8 Governo Bolsonaro corta mais em Educação, Ciência e Saúde no Orçamento de 2022, diz órgão do Senado. RODRIGUES, E. **Estadão**, 05 out. 2022. Disponível em: <<https://www.estadao.com.br/economia/governo-bolsonaro-corta-mais-em-educacao-ciencia-e-saude-no-orcamento-de-2022-diz-orgao-do-senado/>> Acesso em: 10 out. 2022.

9 Juros do cartão de crédito rotativo subiram em agosto para 398% ao ano, maior valor em 5 anos. MARTELLO, A. **G1 Economia**, 28 set. 2022. Disponível em: <<https://g1.globo.com/economia/noticia/2022/09/28/juro-do-cartao-de-credito-rotativo-avanca-para-398percent-ao-ano-em-agosto-maior-valor-em-cinco-anos.ghtml>> Acesso em: 02 out. 2022.

10 Mapa da Inadimplência aponta mais de 62 milhões de endividados. MACIEL, C. **Agência Brasil**, 02 jul. 2021. Disponível em: <<https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2021-07/mapa-da-inadimplencia-aponta-mais-de-62-milhoes-de-endividados>> Acesso em: 13 set. 2022.

11 Financiamentos afundam os estudantes nos EUA: dívidas superam 5,9 trilhões de reais. POZZI, S. **E País Internacional**, 08 jun. 2018. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2018/06/06/internacional/1528282199_859406.html> Acesso em: 13 set. 2022.

12 O total de prestações não pagas chega a R\$9 bilhões. **Agência Brasil**, 04 mar. 2022. Disponível em: <<https://agenciabrasil.ebc.com.br/educacao/noticia/2022-03/estudantes-inadimplentes-ja-podem-renegociar-dividas-com-fies>> Acesso em: 13 set. 2022.

13 *Zeitgeist* é um termo alemão que se traduz como espírito da época ou, numa tradução mais precisa, o espírito do tempo (contemporâneo).

14 Cinco anos após o impeachment, direitos trabalhistas ruíram e o emprego não veio. GIOVANAZ, D. **Brasil de Fato**, 15 abr. 2021. Disponível em: <<https://www.brasildefato.com.br/2021/04/15/cinco-anos-apos-impeachment-direitos-trabalhistas-ruiram-e-o-emprego-nao-veio>> Acesso em: 23 set. 2022.

15 De “a” a “z”, a destruição dos direitos trabalhistas. QUEIROZ, A. A. **Congresso em Foco, UOL**, 24 abr. 2017. Disponível em: <<https://congressoemfoco.uol.com.br/reportagem/de-a-a-z-a-destruicao-dos-direitos-trabalhistas/>> Acesso em: 23 set. 2022.

16 Sem reajuste há 5 anos, merenda vira bolacha e suco em cidades pobres. MADEIRO, C. **UOL**, 11 set. 2022. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/colunas/carlos-madeiro/2022/09/11/bolacha-e-suco-sem-reajuste-ha-5-anos-merenda-se-torna-lanche-em-escolas.htm>> Acesso em: 10 out. 2022.

17 Corte de verbas da ciência prejudica reação à pandemia e desenvolvimento do país. WESTIN, R. **Senado Federal**, 25 set. 2020. Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/noticias/infomaterias/2020/09/corte-de-verbas-da-ciencia-prejudica-reacao-a-pandemia-e-desenvolvimento-do-pais>> Acesso em: 13 set. 2022.

18 Mais de 80 empresas colaboraram com a ditadura militar no Brasil. BORGES, B. **El País**, 08 set. 2014. Disponível em: <<https://brasil.elpais.com/brasil/2014/09/08/politica/1410204895124898.html>> Acesso em: 13 set. 2022.